

AO JUÍZO DA xª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA  
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE xxxxxxxxxxxxxx

**Autos nº. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

**Fulana de tal**, brasileira, casada, técnica eletricista, portadora da CNH onde consta a carteira de identidade nº xxxxxxxx e o CPF xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliada residente e domiciliado na xxxxxxxxxxxxxx, vem, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO xxxxxxxxxxxxxx**, por ser juridicamente pobre, nos moldes do artigo 98 do CPC, apresentar **CONTESTAÇÃO** à demanda Alimentos movida por seus quatro filhos (**fulana, fulana, fulano, fulano**), representados por seu genitor **fulano de tal**, pelas razões de fato e de direito a seguir delineadas.

#### **I - DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA**

Inicialmente, declara-se pobre, na acepção jurídica do termo, não podendo arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, razão pela qual requer a concessão dos benefícios da **GRATUIDADE DE JUSTIÇA**.

## **II - BREVE SÍNTESE DA LIDE**

Os autores narram nos autos da presente Ação de Alimentos que são filhos do(a) requerido(a) e que as suas necessidades giram em torno de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx) Alegam ainda que a renda líquida do Genitor é cerca de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) e da requerida, gira em torno de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Requereram a fixação dos alimentos no percentual de 40% (quarenta por cento) dos rendimentos da Requerida.

Alimentos provisórios fixados em 30% (trinta por cento) do salário rendimentos brutos da requerida, **sendo 7,5% para cada filho**. Citado, o Réu constituiu a Defensoria Pública para o patrocínio dos seus interesses.

É o breve relatório

## **III- DAS POSSIBILIDADES DA REQUERIDA À LUZ DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE**

De saída, não é a REQUERIDA alheia às necessidades da parte autora. Todavia, não se pode perder de vista que as necessidades do alimentário devem ser razoavelmente ajustadas às possibilidades da alimentante, de modo que não lhe prejudique a própria subsistência, o que representaria reflexos na vida do(s) próprio(s) autor (es).

Não se pode olvidar que os autores são crianças saudáveis, sendo os gastos dos mesmos não geram despesas além daquelas próprias da atual fase de desenvolvimento em que se encontram.

Insta salientar que a obrigação alimentar incumbe a ambos os genitores, devendo a contribuição da representante legal ser devidamente considerada quando da fixação do *quantum debeatur* imputado à Requerida. Acerca

da atividade laborativa da REQUERIDA, esta, auferir **renda mensal** média aproximada de **R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxDOIS MIL E QUATROCENTOS REAIS**).

Nesta esteira, atendo-se à(s) necessidade(s) do(s) autor(es), bem como às possibilidade da REQUERIDA, à luz do princípio da proporcionalidade, oferece-se alimentos à razão de **30% (trinta por cento) sobre os seus rendimentos brutos, ressalvados os descontos compulsórios**.

Isto posto, considerando as peculiaridades do caso em comento requer a fixação dos alimentos no percentual de **30% (trinta por cento) sobre os seus rendimentos brutos, ressalvados os descontos compulsórios**

#### **IV - DOS PEDIDOS**

Por todo o exposto, requer:

- a) a concessão dos benefícios da justiça gratuita, por ser juridicamente pobre, nos moldes do artigo 98 do CPC;
- b) a intimação do Ministério Público para oficiar no feito, nos termos da lei;
- c) a procedência parcial do pedido para fixar os alimentos definitivos à razão de **30% (trinta por cento) sobre os seus rendimentos brutos, ressalvados os descontos compulsórios**.
- d) A condenação da Autora ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios, no percentual de 20% do valor da

causa, a serem revertidos em favor do Fundo de Aparentamento da Defensoria Pública do Distrito Federal - PRODEF (artigo 3º, inciso I, da Lei

Complementar Distrital nº 744, de 04 de dezembro de 2007 com a redação que lhe deu o artigo 3º da Lei Complementar Distrital Nº 908/2016) – e deverão ser recolhidos junto ao Banco Regional de Brasília S.A. – BRB, Código do Banco 070, Agência 100, conta bancária 013251-7, PRODEF.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial, prova documental e oitiva das partes.

N. Termos,  
P. deferimento.

**Fulano de tal**  
**DEFENSORA**  
**PÚBLICA DO xx**